

A inconstitucionalidade da Declaração Única de Regularização das bets

Grande parte dos dispositivos criados já possuem jurisprudência contrária no Supremo Tribunal Federal

Os artigos 20 e 21, introduzidos no relatório de Projeto de Lei em análise pelo Senado Federal, impõem exigências às casas de apostas que violam uma série de princípios constitucionais.

O que os dispositivos em análise exigem?

- Empresas de apostas devem entregar **informações financeiras, societárias e patrimoniais dos últimos 5 anos**. Ou seja, antes mesmo da existência da **Lei nº 14.790, de dezembro de 2023**, que regulamenta a atuação das casas de apostas.
- Caso não cumpram as exigências, as empresas podem sofrer **punições administrativas, civis e criminais**.

Por que os artigos são inconstitucionais?

- **Produzem retroatividade da lei**: aplicam regras para fatos passados, o que é proibido pela Constituição Federal (artigo 150, III, "a").
- **Criam confissão forçada**: obrigam empresas a fornecer provas contra si mesmas.
- **Ferem o devido processo legal (artigo 5.º, LIV, da Constituição Federal)**: presumem culpa sem dar oportunidade de defesa.
- **Afrontam o princípio da legalidade estrita em matéria tributária (artigo 150, I, da Constituição Federal)**: criam um regime excepcional de regularização fiscal, sem que sejam observadas normas gerais de direito tributário presentes no Código Tributário Nacional.
- **Há inversão do ônus da prova**: as empresas precisam provar que estão corretas, sem direito à defesa prévia.

Desvio de finalidade

- O projeto deveria focar no combate ao crime organizado, mas inclui regras tributárias que não têm relação direta com esse objetivo.
- O poder público deveria se concentrar no combate às bets clandestinas, que respondem por 51% do volume de apostas no Brasil, gerando uma perda de R\$ 10,8 bilhões em tributos.

Conflito com leis existentes

- Os artigos em análise contrariam a Lei nº 14.790/2023 e outros dispositivos do Ministério da Fazenda, que já regulam a atuação das apostas, definem obrigações e penalidades.
- Também criam insegurança jurídica e desestimulam empresas a aderirem ao mercado regulado e prejudicam o interesse público.